

jornal da tarde

Publicado pelo S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55. Tel.: 856-2122 (PABX).



JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Director Responsável

RUY MESQUITA

Directores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

Eles não querem agir; só querem passar o mico.

Há mais de um mês o País está parado, esperando. Só o que continua andando, com velocidade nunca vista antes e em direção ascendente, são as taxas da inflação e dos juros. Já não é apenas angústia e insegurança que se sente no ar; é medo. As últimas informações que nos chegam dos principais centros financeiros internacionais nos dão conta de que também lá o que se sente em relação ao Brasil e à sua economia é perplexidade, e de que as possibilidades de obtenção de um acordo favorável com nossos credores se tornam mais remotas a cada hora que passa. E enquanto isso, do alto de sua torre de marfim, o sr. José Sarney, os seus ministros e as eminências pardas do PMDB protelam, enrolam, conchavam, tergiversam, invocam as leis, a justiça social, a segurança nacional, a soberania, o Congresso, os governadores e até "a sociedade brasileira" para ver se conseguem evitar fazer aquilo que, cedo ou tarde, terão de fazer: reconhecer os seus erros e a falência completa da filosofia intervencionista que os inspirou a empurrar o Brasil à mais meticulosa catástrofe econômica de sua História, e tomar as providências, com a urgência que a situação reclama, para começar a deslindar a economia nacional das peias em que a emaranharam e para começar a retirar das costas da Nação o peso esmagador do Estado que ameaça quebrar-lhe definitivamente a espinha.

É isto que recomenda a lógica. Mas, desgraçadamente, lógica é tudo que aprendemos a não esperar deste primeiro governo da "Nova" República. A primeira reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), recém-ressuscitado pelo desespero governamental que, na sua paralisia, quer dar a impressão de que está fazendo alguma coisa, só serviu para confirmá-lo. O que se pretende, lá na torre de marfim, é continuar insistindo no errado. Os geniais conselheiros, arvorados em "construtores de países", elegeram como "prioridade número 1" para 87, a contenção da inflação. Querem "baixar a qualquer custo" os índices cuja amplitude eles ainda nem sequer reconhecem oficialmente. E se já não bastasse o fato de os homens que nos fazem essas promessas grandiloquentes serem os mesmos que não só permitiram como também incentivaram abertamente a ascensão dos salários enquanto mantinham os preços congelados pelo Plano Cruzado; que não só não contiveram como multiplicaram os gastos públicos, enquanto a economia produtiva continuava (e continua ainda) congelada; que criaram o demagógico e irresponsável "gatilho salarial" que agora ameaça disparar o tiro de misericórdia sobre nossa economia; que levados por sua irrefreável sede de poder e de aplausos fáceis invocavam a "justiça social" para multiplicar os programas assistencialistas que sangram os cofres públicos e que, depois de traírem seus eleitores aliciados por estes métodos, coroaram esse processo criminoso dando a todo o funcionalismo público do País — aos que trabalham e às centenas de milhares que não trabalham — um aumento de salários de 25% além de um salário a mais por ano que este país exaurido não tem condições de pagar, apenas porque não têm o estofado e nem a coragem para enfrentar os desafios (vide Chirac, na França) que se exige dos homens que ocupam os cargos que eles ocupam; se não bastasse o fato, dizíamos, dos homens que agora nos prometem "baixar a inflação a qualquer custo" serem os mesmos que a fabricaram criminosamente, com os expedientes que descrevemos acima, o que eles estão nos anunciando após esta primeira reunião do CDE é que querem baixar esta inflação repetidamente, multiplicados, os mesmos expedientes que a engendraram!

Prometem "desarmar o gatilho". Mas, presos na armadilha de sua própria demagogia, terão de dar aos trabalhadores, como prêmio de consolação, um abono salarial geral que acrescentará mais algumas voltas ao garrote em que mantêm as empresas privadas cujos preços terão de esperar ainda 60 dias para serem corrigidos. "Seja qual for a solução que se der a este problema angustiante", afirma a Nação perplexa o sr. Ulysses Guimarães, "as medidas não poderão acarretar a perda do poder de compra; a diminuição do salário ou ônus sociais para os trabalhadores". E quanto a quem lhes paga os salários, perguntamos, esmagá-los não acarretará todos estes "ônus sociais" juntos para os trabalhadores?

Outra decisão do CDE: das muitas centenas de bilhões de cruzados pilhados, à força de decretos ilegítimos e inconstitucionais, a toda a Nação durante este ano, 30 bilhões serão atirados ao sumidouro da Siderbrás, o maior da constelação estatal. Bastarão para pagar minguados 12% do total da dívida da Siderbrás que é de "apenas" 17 bilhões de dólares, e que aumenta a cada tonelada de aço por ela produzido, sempre com prejuízo. Os 88% restantes dessa dívida serão "assumidos" pelo Tesouro Nacional e pelo BNDES que, como há muito tempo já foram esvaziados, nos garantem uma nova safra de pacotes e pilhagens. E tudo para, segundo o discurso dos habitantes da torre de marfim, "aliviar o orçamento do grupo, liberando-o para executar melhor os seus projetos de expansão". De expansão, notem bem...

Mas tudo isso é pouco. A Siderbrás, que, sem ser chamada de "sabotadora e anarquista", pediu e obteve um aumento de 40% para os seus produtos no reajuste de preços e tarifas promovido pelas empresas do governo logo após o Cruzado II (porque eles não podem esperar como devem fazer, calados, os empresários privados), já está reivindicando um novo aumento. E a Siderbrás é apenas uma entre cerca de 300 "brases"...

É promovendo o inchaço dos fabricantes de inflação que este governo pretende fazê-la "baixar a qualquer custo"?

Mas não é só isso. Apesar do aumento de arrecadação do ICM de 30% reais ocorrido este ano, e dos aumentos de todos os outros impostos, explícitos ou disfarçados, decretados por este governo, cada prefeitura, cada governo estadual deste país continua aumentando as suas dívidas porque os gastos, como sempre, cresceram ainda mais do que a arrecadação. E, diariamente, prefeitos e governadores desfilam em Brasília, pedindo mais verbas ao governo federal que, por sua vez, apesar de todos os impostos extras recolhidos, também gastou mais do que arrecadou e também está aumentando a sua dívida. Com a mesma "ênfase" com que nos prometeu (e não cumpriu) cortar gastos, cortar funcionários ociosos, extinguir empresas sem função e tapar outros dos buracos mais evidentes de suas contas, o governo federal "pede" aos prefeitos e governadores que diminuam os seus. E, se valer o exemplo de quem faz o "pedido", este país está condenado.

É que o sr. Sarney e todos os que o assessoram são "corajosos" e intransigentes quando se trata de "enfrentar" aqueles que os mais obviamente mal-intencionados no Brasil insistem em chamar "a classe dominante", que é aquela que não domina nem sequer os preços daquilo que produz e que, quando ousa falar de seus sofrimentos, é taxada de criminosa e ameaçada até de prisão. Sobre estes chovem os decretos, os confiscos, as desapropriações "sociais", os "empréstimos compulsórios" e os congelamentos sem limite no tempo e no espaço, pouco importando o que dizem as leis e a Constituição. Para empacotá-los, ninguém precisa ser consultado. Mas agora que a galinha dos ovos de ouro está morta; agora que a classe média, cujos direitos merecem um respeito apenas "médio" — isto é, podem ser pisoteados com um pedido de desculpas, o que não chega a merecer a "classe dominante" —, também está exaurida; agora que é preciso atacar o bolso dos trabalhadores para que não seja preciso cortar os privilégios do único verdadeiro concentrador de renda deste país que é o Estado, o presidente que decreta a torto e direito quando isto pode lhe render aplausos fáceis — seja qual for o custo para a Nação — quer "dividir responsabilidades". Fica cheio de pruridos legalistas e de preocupações "democráticas". Fica com a sua "consciência social" toda abespinhada. E como está cercado de iguais, o País paralisado fica assistindo às tentativas do presi-

dente, tentativas de passar o mico para os políticos, para o Congresso, para o PMDB e, logo mais, para os governadores, e as de cada um deles de devolvê-lo ao presidente o mais rapidamente possível. O País paralisado fica assistindo ao torneio de bom-mocismo entre os vários ministros, fazendo, alternadamente, os papéis de defensores dos trabalhadores ou de defensores da Pátria que, outra vez, exige sacrifícios de todos.

Vença quem vencer, o resultado é sempre o mesmo: uma nova intervenção destinada a salvar a catástrofe criada pela anterior. E, enquanto isso, o círculo se aperta.

Até quando?